

## **UMA PROBLEMATIZAÇÃO DAS SUBJETIVAÇÕES DOCENTES A PARTIR DA ESCRITA TOMADA COMO UMA TÉCNICA DE SI**

Flávia Reis de Oliveira<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-7613-5145>

Betina Schuler<sup>2</sup>

<http://orcid.org/0000-0002-2424-7601>

**RESUMO:** Este artigo problematiza como a escrita realizada em memoriais vem funcionando como uma técnica de si na produção de modos de subjetivação de docentes em um curso de Licenciatura de um Instituto Federal no estado do Rio Grande do Sul. As análises foram realizadas a partir das teorizações foucaultianas, investigando os discursos que atravessam os memoriais e de que modos esses indivíduos são tomados como objetos de conhecimentos e, ao mesmo tempo, subjetivados a partir dessa técnica específica. Diagnosticou-se uma escrita operada como exame e confissão por meio de discursos da vocação, conscientização, inclusão, qualidade e mercado de trabalho, produzindo nesses alunos em processo de formação docente uma relação consigo mesmos em que se assume o lugar messiânico de conscientização e salvação social das novas gerações. Não se tratou de denunciar tais práticas como equivocadas, mas de pensar a criação de brechas, tomando a docência para além dos discursos de salvação.

**PALAVRAS-CHAVE:** escrita, técnica de si, subjetivação, docência.

### **A PROBLEMATIZATION OF TEACHER SUBJECTIVATION BY REGARDING WRITING AS A TECHNIQUE OF THE SELF**

**ABSTRACT:** This paper problematizes the way that memorial writing has functioned as a technique of the self in the production of modes of teacher subjectivation in an undergraduate teaching course of a Federal Institute in the state of Rio Grande do Sul, Brazil. The analyses were grounded on Foucauldian theorizations, aiming to

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação (UCS). Doutoranda em Educação (UCS). Bibliotecária na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Rio Grande, RS, Brasil. [flaviareisfurg@gmail.com](mailto:flaviareisfurg@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestre e Doutora em Educação (PUCRS); Pós-Doutorada em Educação (Universidade de Lisboa); Pós-Doutoranda em Ciências Humanas (Griffith University). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, RS, Brasil. [beschuler@unisinobr](mailto:beschuler@unisinobr)

investigate discourses in memorials written by the undergraduate students and how teachers are both regarded as objects of knowledge and subjectivated through that specific technique. Writing can be seen as a self-examination and confession technique performed by means of discourses of vocation, awareness, inclusion, quality, and labor market, thus producing in those teachers-to-be a relationship with themselves through which they take on the messianic role of promoting awareness and social salvation of new generations. This paper is not intended to point out those practices as misleading, but rather to think about the creation of breaches, by taking teaching beyond the salvation discourses.

*KEYWORDS:* writing, technique of the self, subjectivation, teaching.

## **UNA PROBLEMATIZACION DE LAS SUBJETIVACIONES DOCENTES A PARTIR DE LA ESCRITA TOMADA COMO UNA TÉCNICA DE SÍ**

*RESUMEN:* Éste artículo problematiza de qué manera la escrita realizada en memoriales viene funcionando como una técnica de sí en la producción de modos de subjetivación docente, en la carrera de Licenciatura en un Instituto Federal en el estado de Rio Grande do Sul. Los análisis fueron realizados a partir de las teorizaciones foucaultianas, investigando los discursos que atraviesan los memoriales y de qué modo estos individuos son tomados como objetos de conocimientos y, al mismo tiempo, subjetivados a partir de esta técnica específica. Se diagnosticó una escrita operada como examen y confesión por medio de discursos de vocación, concientización, inclusión y calidad/mercado de trabajo, produciendo en estos alumnos en proceso de formación docente, una relación consigo mismos que asume el lugar mesiánico de concientización y salvación social de nuevas generaciones. No se trató de denunciar tales prácticas como equivocadas, sino más bien de pensar la creación de lazos, tomando la docencia más allá de los discursos de salvación.

*PALABRAS CLAVE:* escrita, técnica de sí, subjetivación, docencia.

### **Introduzindo a conversação**

Este artigo problematiza as maneiras pelas quais a escrita vem funcionando como uma técnica de si na produção de modos de subjetivação de alunos do curso de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica em um Instituto Federal do estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de um curso

de formação de professores que visa a formar profissionais para lecionarem nos níveis de ensino fundamental, médio e técnico, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

A investigação, inspirada nas teorizações de Foucault, analisou como a escrita no âmbito acadêmico funcionou como uma técnica de si na produção de modos de subjetivação, em que o indivíduo aprende uma determinada relação consigo mesmo, atravessado por discursos pedagógicos que cruzam essas escritas. Foram analisados 12 memoriais, os quais foram requisitos para conclusão da disciplina de Seminário de Defesa de Estágio, cujo objetivo estava em socializar as experiências adquiridas durante o referido curso (informação extraída do Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura para Educação Profissional e Tecnológica), bem como o PPP do curso e algumas legislações. Neste artigo, são trazidos alguns trechos literais desses memoriais.

Tendo como referência alguns conceitos operados por Foucault, este artigo analisa quais discursos atravessam essas escritas e quais exercícios de poder elas colocam em funcionamento. Mais ainda, problematiza de que forma os alunos são tomados como objetos de conhecimento em relação à docência e, ao mesmo tempo, subjetivados de determinados modos por meio da escrita, tomada como uma técnica de si. Tais conceitos possibilitaram pensar a escola contemporânea, trabalhar as relações de poder e saber na produção de modos de subjetivação e fazer conexões entre discurso, poder e produção de modos de subjetivação, uma vez que essa perspectiva rompe com a lógica identitária.

Conforme Foucault (2010), trata-se de analisar não o sujeito, mas como se relaciona consigo mesmo e a forma como ele se constitui e se reconhece como um determinado tipo de indivíduo. Trata-se de modos de subjetivação pelos quais esses alunos se constituem docentes, mediante técnicas de si aplicadas sobre si mesmos como um meio de fixarem suas próprias condutas, seus modos de ser, de agir e de pensar, a fim de alcançarem um determinado tipo de ser, neste caso, ser professor. São exercícios que podem ser operados em perspectivas prescritivas morais e, talvez, como uma ética da existência, não se tratando aqui de uma lógica binária do isto ou aquilo.

A partir das análises, compreende-se que a escrita operou via confissão, problematizada em dois discursos: os de vocação para a conscientização e inclusão, em uma lógica pastoral, e os do mercado de trabalho e qualidade, garantidos pelo ensino na perspectiva mais tecnicista e atravessados também pelo pensamento crítico. Assim, com Foucault e outros autores que operam em uma perspectiva foucaultiana no campo da educação, problematiza-se a escrita nesse espaço de constituição docente.

## O estudo dos memoriais

Os 12 memoriais examinados foram disparados pela disciplina já citada, na qual os alunos deveriam escrever sobre os sentidos que os levaram a pensar em uma formação continuada para se qualificarem. Além disso, esperava-se que os memoriais apontassem como o processo de formação pôde produzir a constituição de determinadas existências docentes.

Buscou-se, assim, analisar a formação efetiva dos discursos e a constituição de modos de subjetivação, tomando a escrita como técnica de si no curso de formação de professores. O que interessa investigar é como determinado saber é tomado como verdade, como o poder está em funcionamento e como são produzidos determinados modos de existência. A partir do ferramental teórico, examinaram-se o funcionamento da escrita naquele espaço de formação de professores em uma instituição de ensino profissional, problematizando-se a constituição desses indivíduos no campo do saber da docência. Portanto, interessa entender como o saber está atrelado à vontade de verdade, como esse saber é valorado e de que forma é tomado como verdade.

Os alunos foram selecionados para esse curso de formação do Instituto Federal segundo alguns critérios, como serem ingressantes de diferentes formações curriculares. De acordo com o site da instituição e o Projeto Político Pedagógico, o objetivo do curso é licenciar profissionais críticos, bem como capacitar futuros docentes e incentivadores do conhecimento científico e da formação ética.

Os memoriais<sup>3</sup> são aqui considerados, em consonância com as teorizações foucaultianas, como mais uma técnica por meio da qual se aplicam certas operações a si mesmo, a fim de atender a determinado estado e modo de ser, aqui interessando, especificamente, o lugar da docência. Este artigo coloca-se além de uma perspectiva identitária, denunciacionista, totalizadora ou mesmo idealista, tomando a análise das práticas discursivas na criação de modos de existência para pensar a docência.

## Os institutos federais

Desde muito tempo, o trabalho é considerado uma atividade social para garantir o sustento e, de alguma forma, a organização das sociedades. Logo, há a necessidade de reflexão acerca da educação, não só como formação intelectual, mas também como formação profissional para que todos possam

---

<sup>3</sup> A escrita dos memoriais será identificada no texto como citação literal marcada em itálico

manter contato com o mercado de trabalho. Esse é o discurso dado.

A partir da república no Brasil, o ensino profissional passou a ser pensado como qualificação da mão de obra do trabalhador assalariado. O que antes era oferecido para os cidadãos pobres e excluídos da sociedade, a partir desse momento, passa a ser prioridade: a organização do ensino profissional para a qualificação e disciplinamento da classe trabalhadora. De acordo com Manfredi (2002), inicia-se uma nova fase da educação profissional em 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, momento este que levou à criação da rede federal de ensino profissional. Para Santos (2010, p.212), “esse novo sistema de educação profissional, [...] tinha como finalidade ofertar à população o ensino profissional primário e gratuito”. Já nesse instante da história da educação profissional, era bastante visível a necessidade de formação de profissionais para atender à demanda do ensino profissional, que foi incluído nas atuais políticas de formação de professores nos Institutos Federais.

As primeiras Escolas Técnicas e Agrotécnicas, criadas em 1959, mais tarde foram regulamentadas; eram instituições de ensino subordinadas ao Ministério da Educação, ofertando ensino profissionalizante, além do ensino médio. Elas foram criadas em um contexto de mudanças econômicas em que o país almejava mão de obra mais qualificada. Já em 1994, por meio das escolas técnicas, surgiram os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica, os Cefets, mediante a Lei Federal nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994<sup>4</sup>. Os Cefets passaram a oferecer além do ensino médio e profissionalizante, também ensino superior.

Em 2008, foi assinado o Projeto de Lei nº 3.775<sup>5</sup> para criação de 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no país. Tais institutos foram criados pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que “institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia e dá outras providências”<sup>6</sup>. A partir dessa lei, os Cefets, as Escolas Agrotécnicas e outras escolas também vinculadas a universidades passaram a formar os Institutos Federais.

Nesse contexto de educação profissional, encontra-se uma valorização de certa noção de produtividade. Assim, refletir sobre a educação

---

<sup>4</sup> Lei consultada no site do Portal do MEC. Lei 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/lei8948.pdf>>. Acesso em 9 de julho de 2012

<sup>5</sup> Projeto de lei consultado no site da Câmara dos Deputados. Projeto de lei nº 3.775, de 2008. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=405479>>. Acesso em 9 de julho de 2012

<sup>6</sup> Lei consultada no site do Planalto do Governo. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm)>. Acesso em: 9 de julho de 2012.

profissional pode pressupor pensar na formação docente como objetivo para uma prática pedagógica com “qualidade”. Quanto à formação de professores, estes se deparam com muitos desafios em relação ao ensino profissional, que vem enfrentando mudanças organizacionais, inovações tecnológicas e estruturação do mercado de trabalho, produção e serviços, o que afeta a formação profissional também. Devido às novas demandas que o ensino profissional vem demonstrando, a formação de professores tem sido alvo de grande investimento. Entende-se, então, que a investigação da constituição da docência nos Institutos Federais possa trazer uma pequena contribuição para pensarmos sobre tais movimentos.

### **Discursos pedagógicos, formação de professores e os modos de subjetivação**

Problematizar a formação de professores não é uma tarefa fácil, principalmente no que tange à formação na área da educação profissional, perpassada fortemente por uma lógica da produção científica e tecnológica, que permeia as atividades do cotidiano, conforme retomado brevemente. A escola está no centro da produção do docente, a fim de torná-lo reflexivo, crítico, emancipado, etc., segundo os discursos educacionais vigentes. Na constituição da formação de professores, os discursos são múltiplos e, entre eles, existem os que tratam do ensino, da escola e do fazer docente, em várias perspectivas.

Com a expansão da educação profissional, considera-se interessante que os discursos que atravessam essa formação docente específica possam ser problematizados. Faz-se necessário, então, pensar sobre o discurso da formação de professores no ensino profissional, analisando-se como os alunos se veem enquanto docentes nessa área com algumas características específicas. De acordo com Garcia (2002a, p.31),

[...] essas características são produto de determinadas práticas que incitam as pessoas a se reconhecerem de tal maneira, a falarem sobre si próprias segundo tais categorias e a tomarem-se a si mesmas sob responsabilidade, de tal modo que a subjetividade daí resultante é antes um alvo ou uma norma do que um dado natural.

Como não há um sujeito, mas produção de determinados modos de subjetivação, os discursos produzidos por uma lógica de produção podem ser apropriados pelos alunos em processo de constituição docente. Conforme aponta Garcia (2002a, p.31), “o modo como nos vemos e pensamos, bem como

o modo como procuramos moldar nossa conduta, são produto de práticas sociais particulares. Nossas subjetividades são objeto de poder”.

A formação de professores está impregnada de discursos proferidos nos ambientes de escolas e nas práticas pedagógicas, e isto atravessa sua constituição como docente. Para Garcia (2002a, p.21), são esses os discursos que percorrem a formação de professores; em específico, as escritas dos alunos do curso de formação “são discursos que propõem certas formas de experiência de si (as relações que o indivíduo deve ter consigo mesmo) e de experiência com os outros”. Isto é, são uma forma de se subjetivarem nesse lugar da docência, de se experimentarem nesse mundo e serem experimentados e nomeados como tal.

O processo de formação de professores está implicado na produção de modos de subjetivação e de determinada noção de realidade por meio de discursos de verdade. O docente, como traz Díaz (1999, p.15), “está constituído, é formado e regulado, no discurso pedagógico, pela ordem, pelas posições e diferenças que esse discurso estabelece. O sujeito pedagógico é uma função do discurso no interior da escola [...]”.

O processo de subjetivação, segundo Foucault (2010, p. 262), seria, “[...] o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais precisamente de uma subjetividade, que evidentemente não passa de uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência de si”. A subjetivação se produz na dimensão em que se age sobre o sujeito e este age sobre si mesmo, assim constituindo modos de existência, que podem ter atravessamentos de uma moral prescritiva e, talvez, também possibilidades de exercícios éticos.

Foucault (2010) problematiza os processos de objetivação das pessoas por meio das relações de poder-saber e de subjetivação, podendo esta última ser uma sujeição, um sujeitamento às práticas de normalização, mas também orientada para a noção de estética da existência. O autor analisou os modos de subjetivação atravessados pelo cuidado de si, em que a subjetivação se apresentaria em um sentido além da sujeição. Como aponta Larrosa (2002, p. 43),

[...] a própria experiência de si não é senão o resultado de um complexo processo histórico de fabricação no qual se entrecruzam os discursos que definem a verdade do sujeito, as práticas que regulam seu comportamento e as formas de subjetividade nas quais se constitui sua própria interioridade. É a própria experiência de si que se constitui historicamente como aquilo que pode e deve ser pensado. A experiência de si, historicamente constituída, é aquilo a respeito do qual o sujeito se oferece seu próprio ser quando se observa, se decifra, se interpreta,

se descreve, se julga, se narra, se domina, quando faz determinadas coisas consigo mesmo, etc. E esse ser próprio sempre se produz com relação a certas problematizações e no interior de certas práticas.

Foucault fala dos processos de subjetivação para referir-se à constituição dos sujeitos em práticas divisórias, o que seria mais uma sujeição; em suas últimas escritas, fala em modos de subjetivação, como esse processo de construção de si mesmo, no sentido de fazer da vida uma obra de arte. Nesta última perspectiva, existiria certo cuidado de si, uma prática de si, um exercício de si sobre si, acima de tudo, com vistas a uma soberania sobre si mesmo. Desses estudos, o que chama a atenção para este artigo, em especial, são as técnicas que precisam ser utilizadas para colocar em funcionamento uma existência específica. Nesse sentido, nesta pesquisa, tomou-se a escrita como uma técnica possível de subjetivação no espaço escolar.

Foucault (1995) faz referência a três dimensões de análise nos modos de subjetivação: as dimensões do saber, do poder e de si. Portanto, para que haja o entendimento dos modos de subjetivação no pensamento foucaultiano, precisamos entender as práticas que nos produzem, uma vez que não há o sujeito, apenas a ação, a partir de uma perspectiva nietzschiana. O que constitui esses modos de subjetivação, de acordo com Veiga-Neto (2003, p.113), são “[...] práticas discursivas e não-discursivas, os variados saberes, que podem revelar quem é esse sujeito, uma vez descritos e analisados, como ele chegou a ser o que dizemos que ele é e como se engendrou historicamente tudo isso que dele dizemos”.

Por meio das análises dessas práticas discursivas, pôde-se pensar sobre a constituição de modos de subjetivação em suas relações com a docência. O que se tem, pelas escritas dos alunos, é o modo como eles se subjetivam dentro de um discurso de formação de professores. Neste artigo, com já referido, a escrita configura-se como uma técnica possível de subjetivação na constituição da prática docente. Desse modo, opera-se com o conceito de técnica de si como o

[...] que permite aos indivíduos efetuarem, sozinhos ou com a ajuda dos outros, um certo número de operações sobre seus corpos e suas almas, seus pensamentos, suas condutas, seus modos de ser; de transformarem-se a fim de atender um certo estado de felicidade, de pureza, de sabedoria, de perfeição ou de imortalidade. (FOUCAULT, 1994, p.17).

Essa possibilidade de olhar a escrita, seja na forma de relato do coti-



diano, de uma autobiografia, ou de confissão e exame de consciência, é como se, “em qualquer caso, [...] além de construir e transmitir uma experiência ‘objetiva’ do mundo exterior, construísse e transmitisse também a experiência que as pessoas têm de si mesmas e dos outros como ‘sujeitos’” (LARROSA, 2002, p.45).

Essas problematizações permitiram perceber a escrita assumindo a forma de uma técnica do eu (buscando a verdade de si via interiorização), e não como uma técnica do cuidado de si, que visa tanto a uma preparação de si mesmo, quanto à constituição de uma relação com o outro, já que, ao escreverem sobre sua própria trajetória de vida, os sujeitos realizaram também uma forma de revelar-se a si e ao outro. São práticas relativas a certa relação consigo que parte de um entendimento confessional – ao revelar-se a verdade depositada no fundo de si mesmo, vislumbra-se alcançar a libertação e a salvação.

### **Algumas possibilidades de problematização: escrita e subjetivação docente**

O olhar sobre os memoriais analisados foi ocupado pelos modos de constituição dos discursos proferidos. Todavia, opera-se aqui na perspectiva de que os discursos não são dos alunos, mas os atravessam e os constituem. Ao serem realizadas as análises desses memoriais, diagnosticou-se a escrita operada como confissão em dois discursos, ambos atravessados pelo pensamento crítico: de vocação conscientizadora e inclusiva; e do mercado de trabalho em uma lógica mais técnica. Mediante esses dois discursos diagnosticados, houve desdobramentos dessas escritas para discursos de conscientização, de produção de cidadania e inclusão, de mercado de trabalho e de garantia da qualidade pelo ensino.

Entende-se a escrita desses memoriais como uma forma de conhecer a si mesmo e de registrar os trajetos percorridos pelos alunos do curso de formação de professores no ensino profissional. Essas escritas foram um contar de histórias, nas quais eles puderam criar um modo de ser professor, tomando a si mesmos como um objeto de conhecimento. Portanto, trata-se de um processo de conhecer-se e registrar-se a partir de uma determinada racionalidade. Por meio dessas escritas, vários discursos atravessaram e colocaram em funcionamento exercícios de poder.

Ao longo da pesquisa, questionou-se quais seriam as relações de poder e saber em funcionamento nas escritas, na produção de determinados modos de subjetivação em se tratando da docência, sendo que a escrita-confissão foi fortemente marcada nos memoriais. A partir disso, a confissão em

## uma perspectiva foucaultiana pode ser vista como

[...] um ritual de discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; é, também, um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se; enfim, um ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas consequências externas, produz em quem a articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação [...]. (FOUCAULT, 2007, p. 70-71).

Foucault (2014) discutiu o quanto a confissão, esse ato próprio do cristianismo, vai assumindo a característica de verbalização das faltas cometidas – a um parceiro, que é o confessor; vinculando-se, portanto, os indivíduos à obrigação de manifestar sua verdade individual. Assim, podemos pensar na força com a qual emerge a confissão na Idade Média e no sentido moderno que assume. Prado Filho (2013) aponta que, entre nós e o cristianismo, existe mais do que uma questão de fé, pois se trataria de um conjunto de valores, cultura e modos de vida fortemente atravessado pela prática da confissão, que transborda do confessionário cristão para funcionar no Ocidente nas instituições judiciárias, pedagógicas, médicas e familiares, entre outras. Isto é, há um caráter confessional que perpassa nossa cultura e impregna nossas relações com nós mesmos e com os demais, como forma de conhecer-se e dar-se a conhecer.

Nessa perspectiva, a relação consigo mesmo não é mais a do cuidado de si, como se encontrava na Antiguidade greco-romana, mas submete-se aos princípios da obediência e submissão cristãs como modo de conhecer a verdade, como que inventando o que hoje temos por interioridade. Foi assim que se “[...] interiorizou a verdade e construiu um novo tipo de relação do sujeito consigo mesmo que exige uma ‘volta para dentro de si mesmo’ no sentido de descobrir a verdade sobre si, de decifrar-se, de conhecer-se” (Ibidem, p. 143).

Essa tecnologia de poder produziu e produz modos de subjetivação ainda no presente como forma de conhecimento de si. Nos memoriais analisados, podemos encontrar um modo de escrita confessional que coloca em funcionamento discursos que posicionam esses alunos em certos modos de

existir na escola e na profissão, atribuindo valores às práticas docentes. A escrita, pois, funciona como certo exame de consciência, que busca a confissão.

Conforme traz Foucault (2007, p.26), “desde a Idade Média, pelo menos, as sociedades ocidentais colocaram a confissão entre os rituais mais importantes de que se espera a produção de verdade [...]”. A questão de alguns memoriais trazerem enunciados sobre a escola e a formação profissional e, fortemente, toda uma retomada da vida implica em uma vontade de expor, de confissão, de produção de escritas como um mecanismo para revelar a verdade de si, em se tratando da docência, tal como um processo de “autor-revelação”. Segundo Ó (2003, p. 24), “[...] a subjetividade foi discursivamente pensada como uma força calculável e se tornou visível, no teatro histórico, através de uma situação de escrita”. Isso pode ser pensado a partir da escrita de um dos memoriais:

*Todos trabalhamos desde pequenos. Lembro que, com oito anos de idade, acordava muito cedo, ajudava meus pais na lida com os animais, para depois ir à escola, [...]. Aos sete anos, iniciei no ensino primário e logo peguei gosto pelo estudo, como se diz no popular. Na época, idealizava ser professora.*

É possível pensar a escrita como uma técnica do eu específica no processo de exame de consciência e confissão; por meio dela, se estabelece uma determinada relação consigo mesmo, à qual se acaba preso e fixado, tal como uma prova documental de existência, uma autodecifração. Por isso, o conceito de técnica se faz importante aqui, pois Foucault (2004) tratou a escrita na possibilidade de uma técnica de si, uma vez que a experiência que temos de nós mesmos na constituição de um determinado tipo de pessoa é efeito de tecnologias que tomam o humano como objeto de produção. Interessante, portanto, pensar a escrita como uma técnica com pretensão de dizer a verdade sobre a docência, o que coloca em funcionamento certas relações que os indivíduos estabelecem consigo mesmos e com os demais. Por isso, talvez, aqui se estaria falando muito mais de “técnicas do eu” (remetendo a uma lógica identitária, operando como substância) do que de “técnicas de si” (que remetem ao exercício, à ação que se estabelece para constituição de uma relação consigo), tal como pode ser pensado a partir da escrita do memorial: “o curso nos proporcionou uma formação que, aos poucos, foi construindo em cada um a identidade docente, não com uma visão idealista, mas de algo que vale a pena”.

Percebem-se, então, essas escritas como uma forma de confissão que

atravessa a constituição docente, marcada pela preocupação com a formação, com certa qualificação ou capacitação para formar futuros profissionais ou cidadãos para a sociedade. Conforme Foucault (2000, p.35), “pela confissão, o acusado se compromete em relação ao processo; ele assina a verdade da informação”. Assim, pode-se dizer que, por meio de tais escritas, são produzidos certos modos de ser docentes mediante o funcionamento como confissão, buscando-se, por esse exercício de exame, retomar as faltas em seus percursos e converter-se em sujeitos esclarecidos, conscientes e conscientizadores.

Essas escritas de si, operadas muito mais como escritas de um eu a ser revelado, permitem compreender alguns modos pelos quais esses indivíduos se constituem docentes. O sintoma de trazer suas trajetórias de vida pode ser fortemente vinculado a uma perspectiva identitária, como se a docência sempre tivesse sido parte, de alguma maneira, de sua existência; para mostrar o quanto eles sempre se pareceram com essa identidade, mesmo antes do processo de formação profissional. Por isso, trata-se de uma técnica operada a partir de uma moral prescritiva, muito mais do que de exercícios éticos, que produz esses indivíduos como docentes, narrando-se e reconhecendo-se como sujeitos de docências vocacionadas salvadoras e mercadológicas. São docências fortemente atravessadas por uma perspectiva pastoral da boa consciência no governo político das condutas, tal como apareceu nas escritas de modo regular. Por isso, aqui não se tomou a análise dos comportamentos, das ideias, mas a análise das práticas por meio das quais o ser se dá como devendo e podendo ser pensado.

A confissão, como parte constituinte de um exame, constitui-se como práticas – aqui tomadas por meio da escrita como uma técnica do eu – que direcionam para uma verdade sobre si mesmo, que buscam decifrar uma verdade oculta, analisar as necessidades e capacidades, tomar o sujeito como um objeto de conhecimento em relação à docência e, ao mesmo tempo, fazer coincidir com um dado modo de existência. Essa técnica pela qual supostamente se conhece a verdade sobre si mesmo produz essa verdade a partir de determinados regimes de verdade instituídos, em que se pede às pessoas que digam tudo à exaustão. A escrita não é o lugar onde aqueles indivíduos depositam a verdade sobre si mesmos, mas é uma técnica em que se constituem nas normas desses discursos sobre a docência. Dessa forma,

Graças a todo esse aparelho de escrita que o acompanha, o exame abre duas possibilidades que são correlatas: a constituição do indivíduo como objeto descritível, analisável, não contudo para reduzi-lo a traços “específicos”, como fazem os naturalistas

a respeito dos seres vivos; mas para mantê-los em seus traços singulares, em sua evolução particular, em suas aptidões ou capacidades próprias, sob o controle de um saber permanente; e por outro lado a constituição de um sistema comparativo que permite a medida de fenômenos globais, a descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, a estimativa dos desvios dos indivíduos entre si, sua distribuição numa “população”. (FOUCAULT, 2000, p. 158).

As escritas de confissão assumem contornos pastorais, que se deram via discursos críticos no deslocamento para certa condução política dos homens. Mostraram-se engajadas em um pensar buscando libertação e salvação. Diagnosticou-se, nessas escritas, um forte discurso crítico operando por uma perspectiva de educação conscientizadora, condutora de um espaço emancipador e inclusivo. São enunciados que trazem uma vontade de verdade de produção de um sujeito crítico, reflexivo e emancipado. Trata-se de uma lógica pastoral de salvação, invadida por uma preocupação com a condução política dos homens, apropriada pelo campo da educação.

É importante marcar que essa ideia de governo, de homens governados por outros, de um rebanho governado por um pastor, vem de um oriente pré-cristão e que mais tarde é assumida pelo cristianismo como que uma direção das consciências, das almas, em busca da salvação do rebanho, com o pretexto de conduzir toda a humanidade a uma vida eterna em outro mundo (FOUCAULT, 2008). Trata-se de um governo que vigia a todos e a cada um. Os homens aprenderam a considerar-se uma ovelha entre as ovelhas e a procurar a salvação com o auxílio do seu pastor. Isso diz respeito, portanto, a um controle da vida cotidiana, em que o rebanho seria levado à salvação, que se daria em outra vida, institucionalizando-se esse governo por meio de diferentes técnicas em nome do “bem”. Um governo que se preocupa, principalmente, com as ovelhas fracas e doentes. Conforme Foucault (2008, p. 239), nessa lógica, “a vida cotidiana deve ser efetivamente assumida e observada, de sorte que o pastor deve formar, a partir dessa vida cotidiana das suas ovelhas, que ele vigia, um saber perpétuo que será o saber do comportamento das pessoas e da sua conduta”. Percebem-se, então, preceitos de salvação em uma lógica de méritos e deméritos.

Todavia, não basta o pastor ensinar a verdade às suas ovelhas. Elas deverão colocar-se em permanente exame de consciência, a fim de dizer ao pastor o que se fez, o que se é, para extrair a verdade oculta de si mesmas e melhorar ainda mais a condição de dependência. Tem-se um processo de sujei-

ção por meio de individualização para a servidão, de renúncia da vontade e de revelação da verdade interior, que estaria oculta. São modos de subjetivação ocidentais que seguem funcionando na escola ainda na contemporaneidade. Trata-se, como nos traz Foucault, de um ligar-se à verdade mediante uma revelação – revelação esta que viria da alma, da interioridade do sujeito, em que o indivíduo deverá renunciar a partes de si mesmo, para obter a salvação.

Esse modo pastoral de o poder exercer-se vem desde o séc. II até o séc. XVIII, em que se transforma, mas não deixou de exercer-se. Tivemos, no séc. XVI, os movimentos da Reforma e da Contrarreforma, que só fortaleceram ainda mais o poder pastoral. O pastorado, como essa arte de governo dos homens, modifica-se quando essa prática de governo se torna uma prática política calculada e refletida, em que não se busca mais a razão em Deus. A partir do século XVIII, com toda uma aparelhagem calculada para o controle das condutas, uma aparelhagem de saber e exercício do poder, a governamentalização do Estado pode ser entendida por meio dessas práticas, que produzem um modo de governo. Há, pois, um deslocamento de um poder pastoral para o que Foucault denominou de governamentalidade.

Foucault (2008) trouxe o termo governamentalidade na esteira do poder pastoral, funcionando pelos mecanismos de segurança, na emergência de uma razão de Estado, no sentido de relacionar segurança, população e governo, na busca de certa condução das condutas dos indivíduos. Uma lógica que se organiza no momento da constituição dos Estados-nação e da competição entre eles, em que se fazia necessária uma determinada utilização dos indivíduos para preservar e reforçar o Estado. Os indivíduos deveriam ser transformados em objetos conhecíveis, e para isso há uma intervenção crescente do Estado na sua vida; será o desenvolvimento das ciências humanas que garantirá também essas relações de poder. Os indivíduos são postos em constante vigilância, normalização, exame e práticas, agora modernas, de confissão. Dos indivíduos, são cobrados “atos de verdade”. Os indivíduos são obrigados a confessar a verdade sobre si mesmos em determinados domínios morais nas diferentes instituições modernas que se organizam nesse momento. Dessa maneira, a confissão passa também a configurar-se aí como um importante instrumento de normalização.

Com essas condições, decorrem instituições e uma vontade de saber sobre a vida cotidiana das pessoas. A partir de arquivos e relações estatísticas, desenvolve-se uma rede de vigilância, regulação e documentação da vida diária. Devem-se controlar as populações e prever seus riscos por intermédio da regulamentação. A governamentalidade cruza as técnicas disciplinares, o

exercício do biopoder na gestão da população e a condução de si mesmo. O corpo governamentalizado tem dentro de si o rei e o súdito, o confessante e o expert. É a distribuição dos soberanos nos nossos corpos, buscando corrigir os desvios.

Esse deslocamento nos modos de governo das condutas auxilia nesta análise, uma vez que dois discursos foram identificados em suas regularidades: o discurso de vocação, conscientização e inclusão; e o discurso de qualidade e de mercado de trabalho, ambos perpassados por certo governo político dos homens.

Quanto à conscientização que esses alunos em processo de formação docente trazem em suas escritas, percebe-se que ela não se restringe a uma tomada de consciência, mas estende-se ao desenvolvimento crítico da tomada de consciência. Uma conscientização que faz com que esses indivíduos em formação se percebam como responsáveis perante a necessidade de mudança da sociedade. A conscientização pode ser vista como uma prática prudente de vigiar a si e aos outros, a fim de manter uma conduta ou a procura pela verdade de si e também um “engajamento como condição de transformação e salvação de si mesmo e dos outros” (GARCIA, 2002b, p.50). Trata-se, portanto, de produção de uma consciência via esclarecimento para afastar-se de desvios.

O conceito de conscientização aqui é problematizado como parte de uma maquinaria de governo. Entende-se que a conscientização trazida pelos alunos em processo de formação docente é um compromisso deles, como conscientizadores, com a consciência da exigência de transformação do ensino atual. Uma das escritas propõe-se a falar sobre a função da escola para a sociedade: “[...] por isso a escola, como ferramenta de formação e conscientização das novas gerações, é fundamental para a construção de uma cultura mais racional do modo de interação da raça humana”.

Os modos de subjetivação presentes nas escritas dos memoriais operam por meio de uma escrita confessional, instaurando um exame de consciência via discurso crítico. Isso mostra o quanto

O sujeito docente crítico realiza o esclarecimento das consciências, acompanhando suas performances e evoluções rumo a um maior discernimento e engajamento. Essa é a sua função: exercer uma forma de pastorado da consciência crítica e engajada, acompanhando com dedicação e atenção cada indivíduo em particular e todos rumo a uma existência racional e moral superior (GARCIA, 2002b, p.58).

A essa vocação conscientizadora, é possível somar também a função inclusiva. Considerando-se que a educação fica no confronto entre educar para a emancipação e o disciplinamento, percebe-se que esses indivíduos trouxeram, em suas escritas, o discurso crítico atravessado pelo enunciado da inclusão social como um modo de cumprir a função vocacional conscientizadora. A inclusão aparece vinculada aos discursos críticos, em que se defende que a escola é o lugar favorecido para se pensar nas mudanças entendidas como necessárias na lógica identitária, que opera com a diferença como o outro da identidade. Nas análises, emerge a força dos discursos críticos na docência, operados via vocação, conscientização e inclusão, percebendo-se a escola como uma maquinaria de produção de sujeitos-cidadãos, sujeitos-emancipados.

A escrita dos memoriais traz também a docência sendo experimentada a partir da inclusão, tomada como importante objetivo profissional, como elemento importante de sua vocação. A escola, pois, traz o indivíduo para perto para melhor conhecer e governar. De acordo com Lopes e Veiga-Neto (2011, p.10),

No Brasil, de uns anos para cá, os discursos sobre inclusão têm sido categóricos: todos devem estar abertos para o outro, todos devem ter consciência de suas fragilidades, todos devem ser capazes, em alguma medida, de conduzir e orientar o outro. Em síntese, todos somos parceiros e corresponsáveis, juntamente com o Estado, pela inclusão, pela educação, pela saúde, pela empregabilidade e pela permanência de todos nos fluxos sociais e econômicos.

Essa discussão pode ser visualizada na escrita de um dos memoriais:

*Nos rostos de muitos de meus colegas, vi e ainda vejo a aflição por não saber lidar com o que é considerado diferente ou inusitado, sendo que as diferenças e a diversidade estão cada vez mais presentes nos espaços sociais e educacionais (falo da esfera da educação como um todo e não da instituição Escola, que parece prosseguir em muitos aspectos praticamente nos mesmos moldes de décadas atrás), vindo principalmente por meio desse aluno pós-moderno que, não raras vezes, sabe quase mais que o professor em termos de informação e tecnologia.*

De acordo com um dos memoriais, os alunos em processo de formação docente tomam para si a função no espaço do Instituto Federal de “[...] um agente que busca propiciar a inclusão social [...]”. Ainda outras falas trazem



esse discurso crítico da cidadania, tal como: “acredito que o curso em geral é bom e também gostaria que os professores tivessem um empenho maior conosco, pois seremos também formadores de cidadãos”. Outra escrita ainda aponta que: “esta disciplina nos mostra a importância de formarmos as novas gerações com um senso crítico com relação às próprias ações”.

Entende-se que esses alunos em processo de formação estão se constituindo docentes clamando por ações inclusivas, tanto sociais, quanto econômicas. Um desses sintomas pode ser visto na própria criação dos Institutos Federais, onde se entende que esse tipo de ensino precisa considerar vários processos na educação, contemplando todas as soluções para as inovações tecnológicas, tidas como importantes para o desenvolvimento e para a prestação de atendimento a demandas sociais e regionais na atualidade do mundo do trabalho.

O interessante é analisar que os discursos críticos que buscam denunciar as relações de opressão de classe funcionam nessa maquinaria de produzir cidadãos incluídos em uma sociedade que exige trabalho e consumo. Ou é possível pensar em cidadania nessa sociedade fora das práticas de consumo? Esse pensamento crítico, por meio dos discursos de vocação, conscientização, salvação e inclusão, produz certos modos de habitar esse lugar da docência, como devendo ser desejados e buscados. Isso pode ser pensado a partir de uma das escritas dos memoriais quando da explanação sobre o curso de formação docente: “pode aperfeiçoar os meus padrões intelectuais, morais e sociais, buscando assim uma identificação com maturidade e pensamento reflexivo ante as opções humanas que interagem com os valores de verdade”. É pela escrita, colocando a confissão como um modo de funcionamento de um discurso crítico, que há a necessidade de que o professor assuma o papel de formador de cidadãos, tal como uma identidade fixada.

Aqui aparece a figura do professor e/ou do líder revolucionário que tem como atribuição promover o desenvolvimento do pensar ingênuo para um pensar crítico. O aprendiz precisa ser conduzido e guiado. Nestes enunciados, a liberdade e a autonomia são entendidas como libertação de uns guiados pelos outros. Dessa forma, há uma crença de que a consciência e a ação do sujeito encontram-se reprimidas e bloqueadas, precisando de uma educação conscientizadora, que desenvolva as condições necessárias para que cada um possa emancipar-se e, emancipando-se, ajude a emancipar os outros. (GARRÉ, HENNING, 2014, p. 31).

Junto a esse discurso, outro aparece fortemente nessas escritas, vinculado a uma perspectiva de igualdade e inclusão, mas com o argumento de mercado de trabalho e de ascensão social. O discurso da qualidade surge na menção a uma educação de resultados, avaliações, dados estatísticos, números, etc., a partir de uma educação mais técnica (PACHECO, 2011), também no presente, capturada pelos discursos críticos, pois está vinculada aos discursos de inclusão.

A escola, sob esse enfoque, funciona produzindo pessoas competentes para a empregabilidade, devendo formar trabalhadores hábeis, flexíveis e sempre aprendentes para os atuais mundos do trabalho. Nas escritas, foi diagnosticada essa fala regular do discurso da qualidade e do mercado de trabalho, que, em uma leitura rápida, remete às teorias tecnicistas de educação. Porém, o que se vê são os enunciados de qualidade e mercado de trabalho atravessados pelas forças do discurso crítico de inclusão. Essa discussão pode ser pensada a partir da escrita de um dos memoriais, apontando o Instituto Federal “[...] como um agente que busca propiciar a inclusão social, pois a partir do ensino gratuito e profissionalizante proporciona a disputa igualitária no mercado de trabalho”.

Percebe-se que essa escrita relaciona o discurso do mercado de trabalho com a qualidade de ensino, operando com a política pública dos institutos federais como uma valorização do trabalho. Trata-se de uma crença de que certos conteúdos e educação garantiriam equidade na busca por trabalho. Isso seria uma forma de assegurar a inclusão social mediante um ensino igualitário que prepara para um mercado que supostamente reconheceria esse funcionamento.

A análise permitiu identificar em algumas escritas a crença de que uma boa educação garantirá uma boa colocação no mercado de trabalho, uma ótima remuneração e também uma excelente formação, fortalecendo a função social do professor. Uma boa transmissão de conteúdos científicos estaria conectada à inserção no mercado de trabalho e à remuneração, vinculando tudo isso com cidadania e inclusão, conforme aparece em outro memorial:

*Sem dúvida alguma, a proposta que o Instituto Federal de Educação e Ciência oferece é bem audaciosa, pois trabalhar com o ensino nos diversos segmentos, como o ensino integrado, técnico, profissionalizante e as licenciaturas, e realizar este trabalho com qualidade é muito favorável para o desenvolvimento da nossa sociedade.*

Outro memorial ainda aponta que:

*Conhecer e saber o conteúdo é uma parte da aula. A outra parte é experimentar transmitir, de forma ordenada, esses conhecimentos organizados de maneira que possam despertar o interesse em quem vai receber essas informações para que a partir delas construa o seu aprendizado. O desafio consiste em transformar o conhecimento científico em aprendizado edificante que desperte nos educandos interesses e motivações para, além de assimilar esses conteúdos, transformá-los em algo proveitoso para si e para a sociedade com que convive.*

A formação para a cidadania visa a desenvolver a formação de cidadãos críticos, emancipados e autônomos, e esses indivíduos em formação docente acreditam que tal cidadania pode contribuir para uma sociedade democrática. Esse tema está sempre presente nos discursos governamentais, neste caso, em específico, nos institutos federais, idealizando uma educação de qualidade. Poderíamos perguntar: de que qualidade estamos falando? Qualidade para quem?

Quando é convocado esse discurso de qualidade e eficiência na formação de professores, esses alunos apropriam-se dos discursos pedagógicos tecnicistas, mas aliados a certa inclusão via uma boa transmissão de conhecimentos. A educação profissional é operada como um caminho para alcançar a formação profissional, a realização pessoal e a salvação dos demais. Como diz Silva (1999, p.111-112),

Nossas noções de educação, pedagogia e currículo estão solidamente fincadas na Modernidade e nas ideias modernas. A educação tal como a conhecemos hoje é a instituição moderna por excelência. Seu objetivo consiste em transmitir o conhecimento científico, em formar um ser humano supostamente racional e autônomo e em moldar o cidadão e a cidadã da moderna democracia representativa.

Os institutos federais vinculam essas políticas de ensino às políticas de desenvolvimento econômico para qualificar a mão de obra. Dessa maneira, também se está aliando uma política voltada para a responsabilidade social, fazendo-se necessário formar cidadãos e trabalhadores emancipados. Esse discurso crítico, salvador e emancipador filia-se, na escrita dos memoriais, no espaço dos institutos federais, a uma lógica tecnicista, racional, da transmis-

são de conteúdos e da salvação mediante boa qualificação técnica. Há, pois, o deslocamento de uma lógica tecnicista – que buscava preparar e adaptar o aluno ao mercado de trabalho, e aquele que não cabia era excluído – para um preparo inclusivo para o mercado de trabalho, procurando um lugar para cada um.

Analisando esses discursos da qualidade, operada como um repasse de conhecimentos científicos para atuação no mercado de trabalho, e o discurso da vocação conscientizadora e inclusiva, entende-se que estão fortemente marcados por uma lógica que vem na esteira de um poder pastoral e assumem certa condução política das condutas no presente, por meio de uma perspectiva crítica em educação. Tais discursos atravessam os modos de existência docentes sob uma perspectiva de salvação social via educação.

Pode-se, então, pensar tais escritas confessionais funcionando justamente como a técnica em que os professores são tomados como objetos de conhecimento e, ao mesmo tempo, subjetivados para assumirem determinados modos de existir, em se tratando da docência. Os alunos levaram relatos de vida para suas escritas, praticando a escrita como técnica de um eu, como se fosse um espaço de autorrevelação, que se constitui em uma importante técnica de subjetivação. A partir dessas práticas, essas docências vêm sendo atravessadas pela necessidade de ensinarem bem os conteúdos, de conscientizarem os alunos da verdade do mundo e de conduzirem seus alunos de modo inclusivo para o mercado de trabalho. Ou seja, são docências salvadoras que, por sua vez, se dão pelo trabalho, valor forte no nosso presente.

Portanto, os caminhos percorridos nesta investigação levaram a uma problematização das relações dos sujeitos consigo mesmos e com os outros em se tratando da docência em um espaço de educação profissional. Esses alunos em processo de formação docente experimentaram-se e convocaram-se pela escrita de si, por meio da confissão como uma técnica de exame de consciência e mediante discursos da vocação conscientizadora e inclusiva pastoral da docência, relacionando esses discursos com a sua profissão de docente frente à qualidade na docência e às exigências do mercado de trabalho. Tal discussão leva a pensar justamente sobre as práticas e exercícios que requerem uma problematização acerca da moral e da condução da conduta dos indivíduos. A partir daí, torna-se possível pensar sobre a constituição de discursos constituídos como verdades, as táticas das relações de poder e os seus efeitos na produção dos modos de subjetivação na formação de professores.

### **Ainda algumas amarrações**

O pensamento traçado no decorrer deste artigo teve como objetivo problematizar as formas pelas quais a escrita vem funcionando como uma técnica de eu na produção de modos de subjetivação de alunos do curso de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica em um Instituto Federal. A partir do exame dos memoriais, percebeu-se o quanto foram invadidos por uma lógica da confissão, em uma perspectiva prescritiva. Especificamente, a escrita assume um funcionamento confessional, a partir da moral da transformação, via esclarecimento. Trata-se de uma escrita operando como uma forma de conhecer a si mesmo e de registrar os trajetos percorridos, com base na lógica da identidade civil, tal como um exame de consciência, mas para parecer-se cada vez mais com o docente salvador.

Portanto, acredita-se que a escrita de si se constitui pelo exercício de exame de consciência, constituindo um modo de ser professor mediante confissão. Analisando-se os discursos de qualidade/mercado de trabalho e o discurso da conscientização, vocação e inclusão, entende-se que estão marcados por uma lógica que vem na esteira de um poder pastoral, assim assumindo certa condução política das condutas no presente por meio de uma perspectiva crítica em educação.

É interessante pontuar o quanto esses indivíduos se apropriam desse modo de funcionamento para a condução política das condutas dos indivíduos, pois não se trata mais de uma salvação religiosa, mas de uma salvação social dos alunos pelos professores garantidos pela conscientização e pela transmissão correta de conteúdos para inserção no mercado de trabalho. Trata-se, pois, de um entrelaçamento dos comportamentos de todos e de cada um, os quais devem perceber-se como indivíduos autônomos.

Não se trata, aqui, de procurar outra coisa nesse espaço, nem de denunciar essas práticas como erradas, mas de buscar a criação de algumas possibilidades de brechas para a problematização sobre a existência de outros modos de docência, indo além dos discursos de salvação. Pelo contrário, celebra-se a importância dos Institutos Federais nos diferentes processos de formação e denuncia-se os atuais ataques sofridos nesses tempos obscuros em que vivemos. Por isso a escolha de problematizar esse escrever como uma fixação de pensamento, do viver para salvar, das responsabilidades de uma docência salvadora que faz movimentar valores de conscientização e discursos sobre o que é ser bom professor, como aquele que inclui, salva e forma cidadãos. Celebra-se, igualmente, a preocupação com a formação crítica desses sujeitos, mas o que estamos perguntando é justamente pela possibilidade de

outro tipo de crítica que não a da salvação.

Essa necessidade da grande maioria de narrar suas trajetórias de vida traz um entendimento quase sacerdotal da docência, como se, durante toda uma vida, os alunos estivessem se preparando para esse lugar, caminhando para ele. A escrita, assumida como uma técnica do eu, aponta para a relação consigo mesmo a partir da necessidade de escrever sobre sua vida pessoal e profissional, e constitui uma forma de revelar a si e aos outros. Assim, o discurso de uma vocação conscientizadora e inclusiva constituiu-se como forte discurso de verdade, em se tratando da relação consigo mesmos que esses indivíduos em processo de formação de professores assumiram, bem como o discurso da eficiência, da qualidade, da necessidade de repassar importantes conteúdos aos alunos. Percebe-se a preocupação de formar-se adequadamente para o mercado de trabalho, para saber preparar também os alunos para tal.

Forças utilitaristas invadem a educação, produzindo a docência como lugar de treinamento baseado em saberes científicos – a docência como transmissora de uma realidade dada e preexistente. Apesar de discursos com enunciados diferentes, partilha-se a crença em uma lógica identitária, com acesso à verdade via razão, com uma postura salvadora nesse espaço de formação de professores na produção da docência, fortemente atravessado pelo pensamento crítico. Os memoriais podem ser vistos como uma materialidade de regimes de verdade no campo da educação profissional na contemporaneidade. Tais discursos produzem o docente no lugar messiânico de conscientização das novas gerações, bem como a preocupação de saber transmitir conhecimentos de maneira eficiente, como um modo de inclusão dos alunos.

Esta investigação não buscou pesquisar as essências, mas as forças que perpassaram as escritas analisadas, considerando-se a produção de determinados modos de subjetivação. Por isso, abre-se a possibilidade de pensar em outros modos de relação consigo mesmo nesse espaço da constituição da docência, o que não significa um novo projeto de salvação, mas microfísicas possibilidades de se pensar essas práticas de forma diferente.

## REFERÊNCIAS

DÍAZ, Mario. Foucault, docentes e discursos pedagógicos. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Liberdades reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *As técnicas de si*. Traduzido por Wanderson Flor do Nas-

cimento e Karla Neves a partir de Michel Foucault. *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard. Vol. IV, p. 783-813, 1994.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. RJ: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FOUCAULT, Michel. A Escrita de si. In: FOUCAULT, Michel. *Ética, Sexualidade e Política*. Org. de Manoel B. da Motta. RJ: Forense Universitária. Trad. de Elisa Monteiro e Inês D. Barbosa, 2004.

FOUCAULT, Michel *História da sexualidade: a vontade de saber*. v.1. São Paulo: Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Edição estabelecida por Michel Senellart sob direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, Michel. O retorno da moral. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos & escritos V: ética, sexualidade, política*. 2ª.ed. Org. de Manoel Barros de Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos*. Curso no Collège de France (1979-1980). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

GARCIA, Maria Manuela Alves. *Pedagogias críticas e subjetivação: uma perspectiva foucaultiana*. Petrópolis: Vozes, 2002a.

GARCIA, Maria Manuela Alves. O intelectual educacional e o professor críticos: o pastorado das consciências. *Currículos sem fronteiras*, v.2, n.2, p. 53-78, 2002b.

GARRÉ, Bárbara Hees, HENNING, Paula Corrêa. Enunciados de liberdade: colocando em suspenso as metanarrativas humanistas de autonomia e emancipação. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 23, p. 27-41, 2014.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MANFREDI, Silvia Maria. História da educação profissional no Brasil. In: *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

Ó, Jorge Ramos do. *O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)*. Lisboa: Educa e Autor, 2003. (Coleção Educa – Ciências Sociais, nº 2).

PACHECO, Eliezer (org.). *Institutos Federais: uma revolução profissional e tecnológica*. São Paulo: Moderna, 2011.

PRADO FILHO, Kléber. Uma genealogia das práticas de confissão no Ocidente. In: Margareth Rago e Alfredo Veiga-Neto (Orgs.). *Figuras de Foucault*. 3º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. In: Eliane Marta Teixeira Lopes; Luciano Mendes Faria Filho; Cynthia Greive Veiga (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, Tadeu Tomaz da. As teorias pós-críticas. In: Tomaz Tadeu da Silva. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & a Educação*. 3º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VEIGA-NETO, Alfredo, LOPES, Maura Corcini. Inclusão como dominação do outro por ele mesmo. *VII Colóquio Internacional Michel Foucault*. São Paulo: PUCSP, out/2011.

**Data de recebimento: 25.03.2019**

**Data de aceite: 07.12.2019**